

## A PESQUISA HISTORIOGRÁFICA

**José Antonio Vasconcelos**

A pesquisa acadêmica na área de História, se pauta por procedimentos rigorosos, de modo a garantir o máximo de objetividade possível nos resultados. Isso, porém, é verdade também para outras ciências humanas, como a Sociologia, a Antropologia ou a Psicologia. Mas o que diferencia a História dessas outras disciplinas?

Em primeiro lugar, de um ponto de vista estritamente teórico, a História se define como um estudo do ser humano em sociedade no tempo. Nesse sentido, o Historiador não é simplesmente alguém que estuda as sociedades do passado. O sociólogo também pode estudar os padrões de vida social de povos do passado, assim como o historiador por sua vez pode se ocupar do estudo de sociedades do presente. O que caracteriza a História, enquanto área de pesquisa acadêmica, é a preocupação em identificar as mudanças e permanências que ocorrem ao longo do *tempo*. Para isso o historiador pode muito bem empregar os modelos e conceitos desenvolvidos pela sociologia, antropologia ou psicologia, porém seu objetivo principal não é testar modelos e conceitos, mas conhecer melhor as sociedades em si mesmas.

Existe, contudo, uma outra diferença não menos importante entre a História e as demais disciplinas: os procedimentos metodológicos. Ao procurar conhecer os padrões de vida das sociedades do passado, identificando mudanças e permanências na passagem do tempo, os historiadores inevitavelmente se defrontam com um problema: como conhecer aspectos de uma sociedade que, em princípio, não existe mais? Pelos vestígios do passado que subsistem no presente, ou seja, as *fontes históricas*. O trabalho com esses vestígios, que podem ser de tipos variados, exige do pesquisador a compreensão da especificidade de cada fonte e o conhecimento de técnicas que permitam atestar a validade ou não de determinado documento ou vestígio para

cada pesquisa em particular. É sobre esse fascinante assunto que nos debruçaremos nesse capítulo.

## **AS FONTES HISTÓRICAS**

O trabalho de pesquisa empreendido pelo historiador poderia, de certo modo, ser comparado ao do artesão. Assim como um oleiro utiliza uma matéria prima – o barro – para a produção de vasos e outros objetos de cerâmica, também o historiador se serve de uma matéria prima – as fontes históricas – a partir das quais produz o conhecimento histórico, ou seja, a historiografia. Desse modo, as fontes históricas seriam os materiais que servem de evidência para sustentar a argumentação que o historiador busca desenvolver. Por exemplo: se quisermos afirmar que dois cientistas do século XVII trocavam idéias acerca de suas descobertas, podemos usar a correspondência que eles enviavam um ao outro, como evidência desse fato. Outro exemplo: se quisermos argumentar que, na época da descoberta do Brasil, os portugueses esperavam encontrar ouro na América, podemos usar o relato de Pero Vaz de Caminha, que em certa passagem atesta esse fato.

As fontes históricas, porém, não são todas do mesmo tipo: vestígios como documentos oficiais, notícias de jornal, cartas pessoais, moedas antigas, restos arqueológicos, livros, depoimentos pessoais, vídeos, músicas, etc. tudo isso pode servir de fonte à pesquisa historiográfica, dependendo do objeto pesquisado e do tipo de trabalho desenvolvido pelo historiador. Nesse sentido, as fontes podem ser classificadas de diversas maneiras, dentre as quais podemos destacar:

- a) Fontes primárias e secundárias;
- b) Fontes materiais, escritas, iconográficas e orais;
- c) Fontes intencionais e não intencionais.

As *fontes primárias* são aquelas geralmente produzidas na época em que o fato histórico ocorreu e em especial por alguém que viveu a situação à qual a

fonte faz referência. Tucídides, por exemplo, viveu no século V a.C., na época de uma guerra entre ligas de cidades-Estado gregas e escreveu sobre esse tema uma obra intitulada *História da Guerra do Peloponeso*. Trata-se, portanto, de uma *fonte primária*, pois constitui um relato em primeira mão, escrito por alguém que vivenciou, ou pelo menos esteve muito próximo dos eventos descritos. Já o historiador francês contemporâneo Yvon Garlan, que em parte também trata do mesmo tema, serve-se de fontes primárias para escrever sobre a Grécia antiga. Os escritos de Garlan, produzidos centenas de anos depois dos fatos que descreve, constituiriam então exemplos de *fontes secundárias*. Embora não seja sempre o caso, em geral as fontes primárias tendem a apresentar ou descrever o objeto do passado de modo direto, enquanto as fontes secundárias representam uma elaboração intelectual posterior sobre as informações obtidas a partir das fontes primárias.

Nem sempre é fácil distinguir se um texto ou vestígio do passado constitui uma fonte primária ou secundária. Um artigo de jornal, por exemplo, é geralmente contemporâneo ao fato que descreve, e por isso deveria ser considerado como uma fonte primária para a pesquisa historiográfica. Mas o jornalista às vezes faz mais do que narrar, ele comenta o fato, e esta elaboração intelectual é característica da fonte secundária. Na prática tendemos a considerar esse tipo de fonte como primária, mas não podemos perder de vista que se trata de um conceito complexo e que não existe fonte primária “pura”, um registro do fato histórico em “estado bruto”. Sendo assim, todo vestígio deve ser analisado e interpretado de modo particular.

Muitas vezes as fontes secundárias podem ter valor diferenciado. Plutarco, por exemplo, é um autor que escreveu no século I d.C. uma biografia de Alexandre Magno, um imperador macedônico que viveu e morreu no século IV a.C. Como Plutarco e os fatos por ele descritos estão separados por cerca de quatro séculos, não há dúvida de que se trata de uma fonte secundária. Mas Plutarco apresenta em seus escritos alguns fatos sobre Alexandre Magno não encontrados em nenhuma outra fonte disponível. Além disso, conta também o fato de que estamos mais distantes no tempo de Plutarco do que este estava do

próprio Alexandre Magno. Por isso, em certo sentido, podemos considerar a *Vida de Alexandre*, escrita por Plutarco, como uma fonte secundária mais próxima dos fatos reportados, e as pesquisas com base nesse autor se tornariam então “fontes terciárias”.

Na verdade, para dizermos se uma fonte histórica é primária ou secundária, é preciso antes de tudo definir o que o pesquisador pretende obter dela. A obra *Declínio e queda do Império Romano*, escrita pelo historiador inglês Edward Gibbon no século XVIII, é uma fonte secundária com referência a seu tema, isto é, o Império Romano. Isto porque Gibbon leu e comentou autores romanos antigos, que viveram no período descrito, enquanto ele próprio não presenciou nem esteve próximo de nenhum dos acontecimentos de que trata sua obra. Em outras palavras, se pretendemos estudar o Império Romano a partir da obra de Gibbon, estamos tomando-a como fonte secundária. Contudo, se o estudo não for sobre a Roma antiga, mas sobre os intelectuais ingleses do século XVIII, então a obra de Gibbon se torna, para essa pesquisa específica, uma fonte primária.

As fontes históricas também podem ser classificadas em materiais, escritas, iconográficas e orais. *Fontes materiais* são geralmente objetos antigos, que nos dão uma idéia de como viviam as pessoas de determinada sociedade do passado. Uma latrina romana antiga, por exemplo, nos revela que o sistema de saneamento e esgotos naquela sociedade era bastante eficiente em comparação com outros povos na mesma época. *Fontes escritas* são textos manuscritos ou impressos que sobreviveram à ação do tempo: documentos oficiais, livros, cartas, pergaminhos, papiros, marcas em tábuas de barro ou inscrições em templos de pedra são exemplos desse tipo de vestígio. *Fontes iconográficas* são desenhos, gravuras ou obras de arte do passado. Uma pintura italiana do século XV, por exemplo, pode nos dizer muito acerca da cultura européia na época do Renascimento, mas para tanto temos de aprender a retirar da imagem informações pertinentes à pesquisa. Por fim, fontes orais são relatos ou testemunhos de pessoas mais velhas, que viveram no período estudado pelo historiador.

Em geral existe um grande preconceito por parte dos historiadores: as fontes escritas são privilegiadas e as demais são acrescentadas à pesquisa somente na falta de textos escritos, ou para reforçar um argumento já efetuado a partir de documentos oficiais, manuscritos ou textos impressos. Isto, porém, é um erro: as fontes não escritas têm tanto valor quanto as escritas e podem sim, depois de submetidas à crítica, complementar ou mesmo contradizer os resultados de pesquisa obtidos a partir de fontes escritas.

É importante ainda estabelecer uma distinção entre fontes intencionais e não-intencionais. As chamadas fontes intencionais são aquelas que, no momento de sua produção, têm em vista sua leitura e interpretação por alguém no futuro. Num processo jurídico, por exemplo, se faz um registro escrito com o propósito de possibilitar que, no futuro, alguém tome conhecimento do que foi levantado e decidido, como no caso de que uma das partes recorra da decisão. Muito do que conhecemos sobre a Inconfidência Mineira, por exemplo, provém de fontes dessa natureza. Mas às vezes as fontes podem ser não-intencionais: um comerciante, ao fazer anotações do que compra e o que vende, procura se organizar e ter idéia do quanto está lucrando, mas um historiador no futuro pode se utilizar dessas anotações para investigar os hábitos de consumo das pessoas em determinada época.

## **A CRÍTICA DAS FONTES**

Uma das tarefas mais importantes para o historiador é verificar a validade das fontes que utiliza para corroborar sua argumentação. Se as informações contidas na fonte forem falsas ou não acuradas, ou então se o documento não for autêntico, toda a pesquisa feita com base nesse material pode estar comprometida. Nesse sentido, o historiador deve operar o que se convencionou chamar nos estudos históricos de *Crítica das Fontes*, e que pode ser classificada como sendo *Interna* ou *Externa*.

A *crítica externa* é a verificação da autenticidade da fonte. Por exemplo: se temos em mãos um documento, devemos perguntar quem é de fato seu autor e quando de fato o texto foi produzido. Nesse sentido, se obtivermos uma carta atribuída a Dom Pedro I e datada de 1825, devemos nos certificar que seu autor realmente é Dom Pedro I e que realmente foi escrita em 1825.

A falsa atribuição de autoria pode causar problemas desastrosos à pesquisa histórica. No século V, por exemplo, um teólogo bizantino escreveu um conjunto de textos intitulado *Corpus Areopagiticum*, que se tornou muito influente para o pensamento cristão na Idade Média. Porém, nesses textos, o autor – até hoje desconhecido – se identificava como Dioniso, o ateniense, um sábio grego convertido por São Paulo no século I. Um historiador que tome esses textos como tendo sido escritos por Dioniso no século I cometerá um grave erro, pois atribuirá a esse autor e a essa época idéias que só foram escritas no século V.

Outro exemplo famoso de falsificação da autenticidade de um documento é a “Doação de Constantino”, um documento atribuído ao imperador Constantino, que governou o Império Romano de 306 a 337 d.C. De acordo com esse documento, o imperador teria outorgado ao Papa e seus sucessores uma série de privilégios. Mas a Doação de Constantino era na verdade um documento forjado no século VIII ou XI com o objetivo de justificar a autoridade da Igreja em relação ao poder dos reis. Se tomado como autêntico por um historiador, a pesquisa certamente alcançaria resultados equivocados.

Mas como saber se um documento é ou não autêntico? Existem diversas maneiras. Em primeiro lugar, o historiador deve levar em consideração a linguagem utilizada na época. A Doação de Constantino, por exemplo, utiliza palavras em latim que não eram utilizadas no século IV, mas somente em épocas posteriores, o que atesta a inautenticidade do documento. Além disso, cada autor tem um estilo pessoal de escrita, e se este não corresponde ao texto que lhe é atribuído, isso é indicativo de que o documento pode ser falso. Além disso, o texto pode mencionar fatos e pessoas posteriores à data em que teria sido escrito o texto e que, portanto, não poderiam ser conhecidos pelo seu autor.

Na verdade, não existe uma fórmula única para atestar a autenticidade de uma fonte histórica, mesmo porque a variedade de fontes implica necessariamente uma variedade de técnicas para efetuar a crítica externa. Quanto mais dessas técnicas o historiador conhecer, mais apto estará para atestar a autenticidade das fontes que utiliza em sua pesquisa.

Além da crítica externa, o historiador deve também empreender uma *crítica interna* das fontes. No caso de uma entrevista, por exemplo, a pessoa entrevistada pode realmente ter presenciado o fato, mas ainda assim seu testemunho corre o risco de ser equivocado ou até mesmo mentiroso. Robert Owen, um socialista inglês do século XIX, num escrito intitulado *Uma nova visão da sociedade*, gabava-se de ter dobrado o lucro de suas fábricas, implementando reformas de racionalização da produção e humanização das condições de trabalho dos operários. Talvez tenha sido isso mesmo o que aconteceu, mas o historiador não pode aceitar, sem questionamento, todas as informações que a fonte apresenta. Owen visava a aprovação de leis trabalhistas que levassem à melhoria das condições de vida dos trabalhadores das fábricas. Será que esse propósito não o teria levado a “exagerar” os resultados positivos de suas experiências particulares? Como sabê-lo? Por meio da crítica interna, que se divide em cinco categorias: de interpretação, competência, veracidade, rigor e verificação dos testemunhos.

A *crítica de interpretação* diz respeito à correta apreensão do conteúdo da fonte histórica. Um texto, por exemplo, pode conter palavras ambíguas, isto é, que possuem mais de um significado, ou podem trazer palavras cujo significado já caiu em desuso ou se alterou ao longo do tempo. É o caso da palavra “vilão”, que originalmente significa “habitante de uma vila”, mas que com o passar do tempo ganhou também o significado de pessoa má e desprezível. Para se interpretar corretamente um texto com essa palavra é preciso saber em que sentido ela está sendo usada.

A *crítica de competência* verifica se ao autor da fonte realmente tem capacidade de avaliar e transmitir os fatos corretamente. Um testemunho sobre as atrocidades do Holocausto, o extermínio de judeus na Europa sob o regime

nazista da Alemanha, por exemplo, tem maior valor se o entrevistado realmente viveu na época e presenciou os fatos narrados. Às vezes o autor da fonte pode até ter presenciado o fato narrado, mas não tinha condição de compreendê-lo. Uma pessoa que estivesse “de passagem” pela cidade de São Paulo no dia 23 de maio de 1932 poderia relatar ter visto somente um “agrupamento” de pessoas, enquanto outra relataria, com mais *competência*, tratar-se de um comício reivindicando uma nova Constituição para o Brasil.

A crítica de veracidade considera a possibilidade de que o autor da fonte histórica possa estar deliberadamente faltando para com a verdade. Trata-se de um procedimento análogo à crítica de rigor, na qual o pesquisador considera a hipótese de que o autor da fonte tenha involuntariamente cometido erros na descrição dos fatos. Uma declaração de imposto de renda elaborada por um sonegador apresentará um conjunto de informações falsas que foram ali inseridas deliberadamente.

Finalmente, devemos considerar ainda a crítica de verificação dos testemunhos, na qual as informações de uma fonte são comparadas aos dados de fontes correlatas, de modo que, se houver desacordo, coloca-se em jogo a confiabilidade da fonte. Tucídides, ao escrever sobre a História da Guerra do Peloponeso, já enfrentava uma situação parecida. Em suas próprias palavras: “os que estiveram presentes a cada um dos acontecimentos não diziam as mesmas coisas acerca dos mesmos fatos, mas sim conforme fosse ou a sua inclinação por um dos lados, ou a sua memória.” (*História da Guerra do Peloponeso*, I.22.3) Tucídides tinha consciência de que os testemunhos, dados por pessoas envolvidas nos conflitos, estavam eivados de interesses particulares: os soldados atenienses relatavam os fatos procurando favorecer a causa de Atenas, enquanto os espartanos reportavam os mesmos fatos em favor de Esparta. Mas a comparação de um testemunho com os demais lhe possibilitava distinguir o que neles havia de verdade ou de erro. Em outras palavras, por meio de uma crítica interna dos testemunhos, Tucídides sentia-se capaz de alcançar uma conclusão objetiva a partir de versões subjetivas de um mesmo fato. Nesse sentido, embora vivendo no século V a.C., Tucídides



antecipava de certo modo o método que no século XIX caracterizaria a investigação histórica como ciência.

## **EM SÍNTESE**

A pesquisa historiográfica se desenvolve a partir da análise de vestígios do passado, que são as fontes históricas. Estas podem ser classificadas de diferentes maneiras: fontes primárias e secundárias; fontes materiais, escritas, iconográficas e orais; fontes intencionais e não intencionais.

As fontes primárias são vestígios produzidos na mesma época do evento estudado, enquanto as secundárias constituem uma elaboração intelectual posterior. As fontes materiais são objetos do passado preservados no presente, tais como vestígios arqueológicos; as fontes escritas são textos, as iconográficas são imagens e as orais são depoimentos de pessoas que vivenciaram ou tinham proximidade com o evento estudado. As fontes intencionais são vestígios deixados com o propósito explícito de que pudessem ser consultadas no futuro por outrem, ao passo que nas não intencionais esse propósito não se verifica.

Para verificar a validade das fontes das quais se utiliza em sua pesquisa, o historiador deve proceder a uma *crítica*, que pode ser classificada como externa ou interna. A crítica externa visa atestar o autor e a época em que a fonte foi produzida. Já a crítica interna verifica a confiabilidade das informações obtidas a partir da fonte. A crítica interna pode ser classificada em crítica de interpretação, de competência, de veracidade e de verificação dos testemunhos. Por meio da crítica das fontes a pesquisa historiográfica procura minimizar a possibilidade de erro e garantir o maior grau de objetividade possível ao representar as sociedades humanas ao longo do tempo, identificando mudanças e permanências.